



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objeto a **prestação de serviços técnicos especializados em medicina veterinária**, a serem executados por **médico veterinário**, pessoa física ou jurídica, legalmente habilitada e registrada no respectivo Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), para atendimento aos produtores rurais integrantes do **Programa Mais Leite**, no âmbito do Município de São Geraldo/MG.

ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	Valor Unitário	Valor Total
1	Prestação de serviços técnicos especializados em medicina veterinária para atendimento dos produtores do Programa Mais Leite e apoio na Gestão do Serviço de Inspeção municipal (SIM). O detalhamento dos serviços está exemplificado nos tópicos subsequentes deste Termo de Referência.	MÊS	12	R\$ 5.333,33	R\$64.000,00
SESSENTA E QUATRO MIL REAIS/ANO					

A contratação caracteriza-se como **serviço continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, devendo os serviços ser prestados de forma contínua e planejada, conforme demanda apresentada pela Divisão de Agricultura e Meio Ambiente.

A execução dos serviços terá como parâmetro uma carga horária estimada de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas conforme a necessidade do programa, totalizando aproximadamente 80 (oitenta) horas mensais, sem prejuízo da flexibilidade necessária à adequada prestação dos serviços.

O profissional contratado também prestará apoio técnico à gestão do Serviço de Inspeção Municipal – SIM, atualmente executado por meio de consórcio firmado entre o Município de São Geraldo/MG e o CIMVALPI, competindo-lhe auxiliar o gestor da pasta no acompanhamento, monitoramento e fiscalização da execução dos serviços prestados pelo consórcio, sem prejuízo das atribuições próprias do ente executor.

A distribuição da carga horária entre as atividades do Programa Mais Leite e o apoio ao SIM será definida conforme a demanda administrativa, priorizando o atendimento aos produtores rurais.

Os serviços serão executados em **locais diversos**, abrangendo todo o território do Município de São Geraldo/MG, especialmente nas propriedades rurais dos produtores participantes do Programa Mais Leite, mediante agendamento e orientação da Administração Municipal.

A contratação será realizada por meio de processo licitatório, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e interesse público, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

A execução dos serviços não caracteriza vínculo empregatício entre o contratado e o Município, inexistindo subordinação hierárquica, pessoalidade ou controle de jornada em regime celetista, devendo, contudo, o contratado observar a disponibilidade mínima estimada para execução dos serviços e comprovar a regular



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



prestação contratual por meio de relatórios mensais de atividades, ordens de serviço e demais registros de acompanhamento validados pela fiscalização.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação justifica-se pela necessidade de garantir **assistência técnica veterinária especializada** aos produtores rurais participantes do **Programa Mais Leite**, iniciativa municipal voltada ao fortalecimento da pecuária leiteira e à melhoria dos índices produtivos e reprodutivos do rebanho bovino no Município de São Geraldo/MG.

2.2. As atividades a serem executadas envolvem **procedimentos técnicos privativos de médico veterinário**, incluindo inseminação artificial, acompanhamento reprodutivo e prescrição de receituários, demandando habilitação profissional específica e conhecimento técnico adequado.

2.3. Destaca-se que o Município não dispõe, em seu quadro permanente de servidores, de profissional com disponibilidade para atender, de forma contínua, à demanda do programa, tornando necessária a contratação de profissional externo, como forma de assegurar a continuidade e a eficiência das ações desenvolvidas.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na **contratação de médico veterinário** para a prestação de **serviços técnicos especializados**, de forma contínua e sem dedicação exclusiva, no âmbito do **Programa Mais Leite**, visando ao atendimento direto aos produtores rurais beneficiários do programa.

3.2. A execução dos serviços observará o ciclo de vida típico de serviços profissionais, compreendendo o planejamento das atividades, a execução dos atendimentos técnicos nas propriedades rurais, o acompanhamento das ações desenvolvidas e a avaliação periódica dos resultados, conforme diretrizes estabelecidas pela Administração Municipal.

3.3. Os serviços serão prestados mediante disponibilidade técnica estimada de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas conforme a demanda do programa, não se aplicando controle de jornada em regime celetista ou subordinação hierárquica, devendo a execução ser aferida por instrumentos administrativos de acompanhamento contratual.

3.4. A descrição detalhada da solução encontra-se pormenorizada nos **Estudos Técnicos Preliminares**, que integram o presente Termo de Referência como seu apêndice, para todos os fins.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade aplicáveis à presente contratação são aqueles previstos no **Estudo Técnico Preliminar**, considerando a natureza do objeto e a prestação de serviços técnicos especializados.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista nos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, conforme fundamentação constante do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista a natureza do objeto contratado.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da respectiva ordem de serviço, expedida pela Administração Municipal.

5.2. Os serviços serão prestados de forma contínua, mediante disponibilidade técnica estimada de 20 (vinte) horas semanais, distribuídas conforme a demanda do Programa Mais Leite, não se caracterizando dedicação exclusiva, vínculo empregatício ou subordinação hierárquica, devendo sua execução ser acompanhada e aferida pela fiscalização contratual.

5.3. A atuação do contratado dar-se-á mediante agendamento prévio, conforme planejamento conjunto com a Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, respeitada a autonomia técnica do profissional e as condições estabelecidas no contrato.

5.4. Os serviços poderão ser executados em propriedades rurais localizadas no Município de São Geraldo/MG, bem como em outros locais indicados pela Administração, conforme a natureza das atividades e as necessidades do programa.

5.5. Caso sejam constatadas irregularidades na execução dos serviços, o Município poderá:

- a) solicitar correção ou complementação das atividades executadas;
- b) rejeitar, total ou parcialmente, os serviços que não atendam às condições contratuais.

5.6. O contratado deverá comunicar formalmente à Administração qualquer ocorrência relevante que possa comprometer a execução adequada dos serviços.

5.7. Todas as despesas necessárias à execução dos serviços, tais como deslocamentos, tributos, seguros e demais encargos decorrentes da atividade profissional, correrão por conta do contratado, não cabendo ao Município qualquer responsabilidade nesse sentido.

5.8. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por representantes designados pela Administração, na forma prevista neste Termo de Referência, limitando-se a fiscalização à verificação do cumprimento das obrigações contratuais, sem interferência na autonomia técnica do contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da **Lei nº 14.133, de 2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução contratual, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante registro das ocorrências por simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade contratante e o contratado deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meio eletrônico para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o contratado ou seu representante para a adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à adequada execução do objeto contratual.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá promover reunião inicial com o contratado, destinada à apresentação das diretrizes de fiscalização, das obrigações contratuais, dos mecanismos de acompanhamento da execução, da forma de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis.

7. Preposto

7.1. Quando o contratado for pessoa jurídica, deverá designar formalmente preposto ou representante, antes do início da prestação dos serviços, com poderes para representá-lo junto à Administração e para tratar de assuntos relacionados à execução do objeto contratual.

7.2. Quando o contratado for pessoa física, este atuará diretamente como responsável pela execução do objeto, dispensada a designação de preposto.

8. Fiscalização

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou por seus respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, os quais serão designados por ato próprio da Administração Municipal, devidamente juntado aos autos do processo licitatório.

8.2. O contratado será formalmente comunicado acerca da designação dos fiscais e de eventuais substituições, por meio de comunicação oficial.

9. Fiscalização Técnica

9.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, a fim de assegurar o cumprimento de todas as condições estabelecidas e a obtenção dos melhores resultados para a Administração, nos termos do art. 22, inciso VI, do Decreto nº 11.246, de 2022.

9.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição das providências necessárias à regularização de eventuais faltas ou defeitos observados, conforme o art. 117, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, e o art. 22, inciso II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

9.3. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade na execução contratual, o fiscal técnico do contrato emitirá as notificações necessárias para a sua correção, estabelecendo prazo para o saneamento, nos termos do art. 22, inciso III, do Decreto nº 11.246, de 2022.

9.4. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, as situações que demandarem decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que sejam adotadas as providências cabíveis, conforme o art. 22, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



9.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nos prazos estabelecidos, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, nos termos do art. 22, inciso V, do Decreto nº 11.246, de 2022.

9.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência do contrato sob sua responsabilidade, visando à adoção das providências necessárias à renovação ou à prorrogação contratual, quando cabível, conforme o art. 22, inciso VII, do Decreto nº 11.246, de 2022.

10. Fiscalização Administrativa

10.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará os procedimentos relativos ao empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas, bem como a formalização de apostilamentos e termos aditivos, solicitando, quando necessário, os documentos comprobatórios pertinentes, nos termos do art. 23, incisos I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

10.2. Verificado o descumprimento de obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará de forma tempestiva na solução das ocorrências, reportando ao gestor do contrato as situações que ultrapassem a sua competência, para adoção das providências cabíveis, conforme o art. 23, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

11. Gestor do Contrato

11.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, mantendo o histórico de gerenciamento do contrato com os registros formais da execução, tais como ordem de serviço, ocorrências, alterações e prorrogações contratuais, elaborando relatórios destinados à verificação da necessidade de adequações para o atendimento da finalidade da Administração, nos termos do art. 21, inciso IV, do Decreto nº 11.246, de 2022.

11.2. O gestor do contrato acompanhará os registros efetuados pelos fiscais do contrato, relativos às ocorrências verificadas durante a execução contratual e às medidas adotadas, informando à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o art. 21, inciso II, do Decreto nº 11.246, de 2022.

11.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado para fins de empenho e pagamento da despesa, registrando eventuais ocorrências que possam obstar o fluxo normal da liquidação e do pagamento, conforme o art. 21, inciso III, do Decreto nº 11.246, de 2022.

11.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao desempenho na execução contratual, aos indicadores definidos e aferidos, bem como às eventuais penalidades aplicadas, nos termos do art. 21, inciso VIII, do Decreto nº 11.246, de 2022.

11.5. O gestor do contrato adotará as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização, com vistas à aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou setor competente, conforme o caso, nos termos do art. 21, inciso X, do Decreto nº 11.246, de 2022.

11.6. Ao término da vigência contratual, o gestor do contrato elaborará relatório final contendo informações sobre a consecução dos objetivos que motivaram a contratação e eventuais medidas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o art. 21, inciso VI, do Decreto nº 11.246, de 2022.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



11.7. O gestor do contrato encaminhará ao setor competente a documentação necessária à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com base na medição e validação realizadas pela fiscalização, nos termos do contrato.

12. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

12.1. A aferição da execução do objeto será realizada pela Divisão de Agricultura e Meio Ambiente, com base no acompanhamento e fiscalização do contrato, a qual comunicará ao setor competente eventuais intercorrências verificadas na execução dos serviços.

12.2. A medição dos serviços para fins de pagamento será realizada mensalmente, considerando a regular execução das atividades contratadas no período, mediante apresentação de relatório mensal de atividades pelo contratado, acompanhado dos registros de atendimento e validado pelo fiscal do contrato, sendo devido o valor mensal pactuado após ateste da execução.

12.3. Constatada a regular execução dos serviços, o contratado deverá encaminhar a nota fiscal ou documento fiscal equivalente ao setor competente para processamento do pagamento.

12.4. Na hipótese de verificação de irregularidades na execução contratual, poderá ser aplicada glosa proporcional no pagamento, especialmente nos casos em que o contratado:

- a) não executar, total ou parcialmente, as atividades contratadas;
- b) executar os serviços em desconformidade com as condições estabelecidas;
- c) deixar de observar, sem justificativa, a disponibilidade mínima contratualmente estimada ou comprometer a regular execução das atividades pactuadas.

12.5. A aferição da execução contratual será realizada com base nos relatórios mensais de atividades, registros de atendimento, ordens de serviço, comunicações formais e demais registros produzidos pela fiscalização técnica e administrativa, suficientes à verificação do regular cumprimento das obrigações pactuadas.

13. Do recebimento

13.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, ao final de cada período de faturamento, no prazo de até 03 (três) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo do contrato, mediante verificação do cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo, nos termos do art. 140, inciso I, alínea “a”, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O recebimento provisório será formalizado com base na comprovação da prestação dos serviços, especialmente por meio dos relatórios de atividades apresentados pelo contratado, podendo resultar em solicitações de correção, complementação ou ajuste, quando constatadas irregularidades.

13.3. Constatado o atendimento às condições contratuais, os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 06 (seis) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo próprio.

13.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações deste Termo de Referência ou com as condições contratuais, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



13.5. Verificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o contratado será formalmente notificado para que promova as correções necessárias, suspendendo-se o recebimento definitivo até a regularização.

13.6. No caso de controvérsia quanto à execução do objeto, no que se refere à qualidade, quantidade ou extensão dos serviços prestados, será observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, procedendo-se ao pagamento da parcela incontroversa, quando cabível.

13.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, técnica e ético-profissional do contratado pela adequada execução dos serviços, nem afasta a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente.

14. Liquidação

14.1. Para fins de liquidação da despesa, o setor competente deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada pela contratada contém todos os elementos essenciais do documento, tais como:

- 14.1.1. prazo de validade, quando aplicável;
- 14.1.2. data de emissão;
- 14.1.3. identificação do contrato e do órgão contratante;
- 14.1.4. período de execução dos serviços a que se refere;
- 14.1.5. valor a ser pago; e
- 14.1.6. eventual destaque das retenções tributárias cabíveis.

14.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a regularização, sem ônus para a Administração.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada, a ser verificada por meio de consulta aos sistemas oficiais disponíveis ou mediante apresentação da documentação exigida no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4. A Administração verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como a inexistência de impedimentos para contratar com o Poder Público.

14.5. Constatada eventual irregularidade fiscal, a contratada será notificada, por escrito, para que regularize sua situação ou apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma única vez, a critério da Administração.

14.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, poderão ser adotadas as medidas administrativas cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos competentes e instauração de procedimento para apuração de responsabilidades, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.7. Persistindo a irregularidade, a Administração poderá promover a rescisão contratual, na forma da lei, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis.

14.8. Havendo a efetiva execução do objeto e inexistindo impedimentos legais, a liquidação da despesa será realizada normalmente, até decisão final quanto à eventual rescisão contratual.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



15. Prazo de pagamento

15.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, após o recebimento definitivo do objeto, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. Em caso de atraso no pagamento por culpa da Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente, desde o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva quitação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), sem prejuízo da incidência de juros moratórios, quando cabível.

16. Forma de pagamento

16.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

16.2. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária pela Administração.

16.3. No momento do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação federal, estadual e municipal vigente, conforme o caso.

16.3.1. Independentemente dos percentuais eventualmente indicados na proposta ou planilha de custos, serão retidos na fonte os tributos legalmente exigíveis à época do pagamento.

16.4. A Contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá retenção dos tributos abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente tal condição mediante apresentação de documento oficial atualizado.

17. Antecipação de pagamento

17.1. A presente contratação **não** permite a antecipação de pagamento, seja parcial ou total, por não demonstrarem condição indispensável a obtenção do objeto/prestação de serviço, conforme previsão no art. 145 da Lei nº 14.133 de 2021.

Cessão de crédito

17.2. É admitida a cessão de crédito decorrente do contrato, observada a legislação aplicável e as normas municipais vigentes, quando houver.

17.3. A eficácia da cessão de crédito em relação à Administração ficará condicionada à prévia formalização por meio de termo aditivo ao contrato administrativo.

17.4. A celebração do termo aditivo e a realização dos pagamentos ao cessionário dependerão da verificação da regularidade fiscal e trabalhista, bem como da inexistência de impedimento para contratar com o Poder Público, nos termos da legislação vigente.

17.5. O crédito a ser pago ao cessionário corresponderá exclusivamente aos valores devidos pela efetiva execução do objeto contratual, permanecendo resguardadas todas as prerrogativas da Administração previstas no regime jurídico dos contratos administrativos, inclusive a possibilidade de aplicação de glosas, multas e demais penalidades cabíveis.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



17.6. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que permanecerá sob a integral responsabilidade do contratado.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

18.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. As propostas deverão observar integralmente as especificações constantes neste Termo de Referência e no edital, sendo desclassificadas aquelas que não atenderem às exigências estabelecidas.

18.3. Poderá ser exigida da licitante vencedora a apresentação de planilha de formação de preços, conforme modelo constante no edital, para fins de análise da exequibilidade da proposta, quando necessário.

Regime de execução

18.4. O regime de execução do contrato será o de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global mensal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de Habilitação

Habilitação Jurídica

18.5. Para fins de habilitação jurídica, deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do licitante:

18.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

18.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

18.8. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja autenticidade deverá ser verificada no sítio oficial do Governo Federal;

18.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado na Junta Comercial competente, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

18.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.11. Filial, sucursal ou agência: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde tem sede a matriz;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



18.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social devidamente registrado, bem como o registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

18.13. Nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante deverá comprovar:

I – inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

II – regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

III – regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

IV – inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa;

V – regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;

VI – inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando exigível, compatível com o objeto contratual.

18.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá comprovar sua condição mediante documentação oficial.

Qualificação Econômico-Financeira

18.15. Nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021, será exigida:

I – certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; ou

II – certidão negativa de insolvência civil, quando se tratar de pessoa física, se admitida sua participação.

Qualificação Técnica

18.16. Nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, para fins de habilitação técnica, será exigido:

I – apresentação de, no mínimo, **01 (um) atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto desta contratação;

II – comprovação de que o profissional responsável pela execução dos serviços possui **formação superior em Medicina Veterinária**;

III – comprovação de registro ativo do profissional junto ao **Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV)**;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



IV – comprovação de vínculo entre o profissional responsável técnico e a licitante, que poderá ocorrer por meio de contrato social, registro em carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou declaração formal de compromisso de contratação.

18.17. As exigências de qualificação técnica observarão os princípios da razoabilidade e da competitividade, vedadas exigências excessivas ou desproporcionais que restrinjam a ampla participação, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021.

19. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O custo estimado total da contratação está disposto na pesquisa de preço consolidada, juntada aos autos do processo, evidenciando os custos unitários em moeda funcional.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

20.1.1. A contratação será atendida pela dotação orçamentária disposta pela Contabilidade do Município, ao qual deverá observar a Lei Orçamentária Anual e as disposições pertinentes na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei nº 101/00) e na Lei nº 14.133 (Estatuto das Licitações).

20.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

21. Das alterações posteriores

21.1. O disposto neste instrumento poderá ser ajustado em Edital, desde que, manifestadamente comprovado a melhoria na execução contratual e desde que, não se altere o escopo do objeto/prestação de serviço.

21.1.1. O disposto em cláusula anterior não exime de comunicação e prévia autorização da autoridade competente ou do setor requisitante.

São Geraldo/MG, 29 de abril de 2026.

Náiron Ribeiro de Almeida
Diretor de Divisão de Agricultura e Meio Ambiente